

Relações sócio-familiares e a construção da personalidade da pessoa transexual

Socio-family relations and personality construction of the transexual person

Relaciones socio-familiares y construcción de la personalidad de la persona transexual

Recebido: 24/08/2020 | Revisado: 28/08/2020 | Aceito: 02/09/2020 | Publicado: 02/09/2020

Janaina Pinto Janini

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2781-7427>

Universidade Estácio de Sá, Brasil

E-mail: jjanini40@gmail.com

Rosângela da Silva Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2541-5646>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: rosangelaufrij@gmail.com

Resumo

Objetivo: Descrever o impacto das relações sociofamiliares na construção da personalidade das pessoas transexuais. **Metodologia:** Pesquisa descritiva, qualitativa, utilizou o método Narrativa de vida, realizada no período de 2016 a 2019, com 19 participantes transexuais e 14 familiares. Os dados foram coletados por entrevista narrativa, realizou-se a análise compreensiva de Daniel Bertaux e adotou o referencial teórico de Michel Foucault. **Resultados:** Evidenciou-se que a família e outras instituições sociais reproduzem e afirmam dogmas normatizadores e produzem ações de disciplina e controle sobre os corpos das pessoas transexuais durante o processo de amadurecimento, a fim de coagir a vivência das identidades de gênero. As relações intersubjetivas fortes aparecem como uma possibilidade de inversão dessa rejeição a aceitação da transexualidade. **Conclusão:** A aceitação sociofamiliar é um desafio para a aceitação e inclusão social das pessoas transexuais pela família e demais segmentos sociais.

Palavras-chave: Relações familiares; Pessoas transexuais; Construção social do gênero.

Abstract

Objective: To describe the impact of social and family relationships on the construction of the personality of transsexual people. **Methodology:** Descriptive, qualitative research that used the Narrative method of life, carried out in the period from 2016 to 2019, with 19 transsexual

participants and 14 family members. Data were collected through a narrative interview, a comprehensive analysis by Daniel Bertaux was carried out and Michel Foucault's theoretical framework was adopted. Results: It was evident that the family and other social institutions reproduce and affirm normative dogmas and produce actions of discipline and control over the bodies of transsexual people during the maturation process in order to coerce the experience of gender identities. Strong intersubjective relationships appear as a possibility of reversing this rejection and acceptance of transsexuality. Conclusion: Social and family acceptance is a challenge for the acceptance and social inclusion of transsexual people by the family and other social segments.

Keywords: Family relationships; Transsexual people; Social construction of gender.

Resumen

Objetivo: describir el impacto de las relaciones sociales y familiares en la construcción de la personalidad de las personas transexuales. Metodología: investigación descriptiva y cualitativa que utilizó el método narrativo de la vida, realizada de 2016 a 2019, con 19 participantes transexuales y 14 familiares. Los datos se recopilaron a través de una entrevista narrativa, se realizó un análisis exhaustivo de Daniel Bertaux y se adoptó el marco teórico de Michel Foucault. Resultados: fue evidente que la familia y otras instituciones sociales reproducen y afirman dogmas normativos y producen acciones de disciplina y control sobre los cuerpos de las personas transexuales durante el proceso de maduración para forzar la experiencia de las identidades de género. Las relaciones intersubjetivas fuertes aparecen como una posibilidad de revertir este rechazo y aceptación de la transexualidad. Conclusión: La aceptación social y familiar es un desafío para la aceptación e inclusión social de las personas transexuales por parte de la familia y otros segmentos sociales.

Palabras clave: Relaciones familiares; Personas transexuales; Construcción social de género.

1. Introdução

A transexualidade é uma condição muito discutida na atualidade. Constitui-se por pessoas que não se sentem representadas pelo sexo de nascimento e possuem um sentimento legítimo de identificação com o sexo oposto (Brasil, 2013). Tal fenômeno representa um arcabouço que se mostra complexo frente a normatividade binária, que reconhece como legítimos dois corpos, do homem e da mulher, onde suas biologicidades necessitam apresentar determinadas características específicas.

A transexualidade confronta a potência da normatividade binária social, que atravessa as relações sociais e familiares e acontece de forma subliminar ao contexto de transição física. Dessa forma, não há como tratar da transexualidade sem pensar na instituição familiar, pois indivíduos sempre se agrupavam em prol de um ancestral ou a partir da formação de novas organizações familiares (Xavier, 2016).

Compreender a complexidade das relações familiares e como elas atravessam a construção da personalidade das pessoas transexuais torna-se fundamental para construção de estratégias de bem-estar e de enfrentamento do estigma e do processo excludente oriundo da transição física das pessoas transexuais (Hughto et al., 2015; Janini, 2019).

Nesse sentido esse artigo objetivo descrever o impacto das relações sociofamiliares na construção da personalidade das pessoas transexuais.

2. Metodologia

Trata-se de recorte da tese de doutorado intitulada ‘O cuidado da enfermeira a pessoa transexual, no processo transexualizador na perspectiva familiar’. Pesquisa descritiva, qualitativa, que utilizou o método Narrativa de vida com amostra intencional. A coleta de dados ocorreu entre janeiro de 2016 a dezembro de 2019, com participantes 19 pessoas transexuais atendidas na Política do Processo Transexualizador e 14 familiares. A coleta de dados ocorreu em três instituições estaduais localizadas no Rio de Janeiro, referência em atendimento ambulatorial e cirúrgico a pessoas transexuais pela política pública de saúde intitulada de Processo Transexualizador.

Foi utilizado a letra ‘x’ no lugar das vogais ‘a’ e ‘o’, quando a palavra abranger o masculino e feminino, como forma de buscar a neutralidade gramatical de gênero e reforçar o sexismo trazido pelas desinências morfológicas, parte final das palavras que possuem variação que demonstra as flexões das mesmas na linguagem e na escrita (Defendi & Gomes, 2019).

A técnica de coleta de dados foi a entrevista narrativa e utilizou como instrumento a questão norteadora para as pessoas transexuais: “Conte-me sua experiência vivenciada com o cuidado recebido da enfermeira durante o processo transexualizador na perspectiva familiar”. A entrevista ocorreu em ambiente reservado no ambulatório da instituição cenário de pesquisa, para as pessoas transexuais com as consultas agendadas. Xs participantes transexuais consistiram em nove homens e dez mulheres transexuais. Xs primeirxs são aqueles que possuem sexo biológico feminino, mas, se sentem genuinamente homens; e xs

segundxs nascem com o sexo biológico masculino e se percebem como mulheres (Wichinski, 2015).

As 14 participantes, familiares das pessoas transexuais atendidas na política do processo transexualizador, entrevistadas, foram indicadas pela técnica de snow ball (Vinuto, 2014). Para essas participantes, utilizou-se como questão norteadora: “Conte-me sua experiência vivenciada, da sua relação com seu filhx e com a transexualidade delx”.

Adotou-se para todxs xs participantes uma ficha de identificação contendo dados pessoais como idade, grau de escolaridade, estado civil, etnia, renda familiar e religião. Não se definiu previamente o número de narrativas e a coleta dos dados finalizou quando os dados saturaram, ou seja, quando se repetiram ou não acrescentaram fatos novos às narrativas anteriores (Bertaux, 2010).

As narrativas foram organizadas por meio da técnica de análise compreensiva de Daniel Bertaux (2010), em níveis de significação das pessoas trans e originaram três categorias: a construção da personalidade, a situação objetiva e as relações intersubjetivas fortes. A primeira versa sobre o processo de formação da pessoa transexual, frente a sua própria existência e suas relações com o meio. A situação objetiva apresenta as relações das pessoas transexuais com o meio, família e outros segmentos sociais emergentes das narrativas e as disputas de poder e jogos existentes. E, as relações intersubjetivas fortes referem-se as relações afetivas e de vínculo que impactam as relações entre os diferentes atores, pessoas transexuais e familiares.

As narrativas dos participantes transexuais foram nomeados com a sigla PT e dos familiares com a sigla F.

A protagonização dos níveis de significação provém das falas das pessoas transexuais, sendo trianguladas com as narrativas de familiares de forma complementar. Tal conduta foi adotada no desenvolvimento da técnica de análise que partiu da necessidade de melhor compreensão das pessoas transexuais e de seu mundo social. Esse desenho, o mundo social, nele incluso os percursos de vida dos participantes, foram organizados em grupos de coabitação, composto por um fio principal, onde o sujeito apresenta seu percurso de vida, que caminha junto a fios paralelos e atravessam a experiência vivenciada desse sujeito, como por exemplo trabalho, família. Nesse sentido, a pessoa transexual se apresenta enquanto fio principal e a família e outros segmentos sociais como fios paralelos (Bertaux, 2010). A análise das narrativas pautou-se no referencial teórico de Michel Foucault.

O estudo teve a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa através do parecer nº 2797427 e atendeu as diretrizes que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos.

3. Resultados e Discussão

A apresentação dos resultados e discussão das narrativas foi proposta inicialmente pela caracterização das pessoas transexuais e, subsequentemente, por níveis de significação das narrativas.

As pessoas transexuais atendidas na política do Processo Transexualizador, em relação à idade e considerando a idade mínima para inclusão na política ser de 18 anos, apresentaram procura precoce para a transição, com 10 pessoas transexuais entre 20 e 30 anos; 4 entre 30 e 40 anos; e 5, acima de 41 anos (Brasil, 2013). A fase adulta entre os 22 e 28 anos está relacionada a escolhas de como se quer viver (Meleis, 2010). Entre 28 e 40 anos representa a fase de transição entendida como menos turbulenta e de 30 e 40 anos sedimentada, onde já se concretizaram “as realizações de família”. Isso pode justificar a procura tardia da transição pela não aceitação familiar ou a espera de aceitação da mesma (Meleis, 2010, p. 88)

Quanto à escolaridade, 13 possuíam nível médio de escolaridade completo; 2, nível superior completo. Em menor número, têm-se pessoas transexuais com o ensino fundamental incompleto, completo, médio e superior incompleto, todas com 1 participante cada.

Com relação à etnia, 19 entrevistados, 9 eram pardos, 6 brancos, 3 negros e 1 se declarou sem etnia. As experiências das pessoas transexuais pardas e negras são diferenciadas em relação às pessoas transexuais ou cisgêneras brancas, como cuidados inferiores, transfobia e o racismo. Isso impacta no manejo dos profissionais de saúde por parte das pessoas transexuais pardas e negras e da interiorização da identidade de gênero (Howard et al., 2019).

Dez possuíam renda até um salário mínimo, 2 não possuíam renda, 5, renda de dois até três salários mínimos e 3 acima de três salários mínimos. Fatores relacionados a inclusão sócio familiar foram responsáveis pela maioria com baixa ou ausência de renda.

As pessoas transexuais informaram diferentes tipos de religião: espírita (3), evangélica (1), umbandista (2), católica (3), budista (1). A adesão a uma religião tem forte relação não só com o subjetivo e a espiritualidade das pessoas transexuais, como também o apoio social no processo de transição e são mais significativas no período da adolescência até a idade adulta, do que na infância (Ryan et al., 2010).

Entretanto, mais da metade dos entrevistados referiram serem agnósticos, sendo 8 teístas e 1 ateu, que pode estar relacionada à necessidade de apoio espiritual, desvinculado de dogma religioso e uma forma individual de conectividade com Deus (Kashubeck-West et al., 2017; Legerski & Harker, 2018).

Dxs 14 familiares entrevistadxs, 12 são mães e 2 são avós, 2 possuíam menos de 40 anos e 12 acima de 41 anos, 4 têm ensino médio completo e a metade nível superior completo. Em relação a etnia, 10 auto relataram ser brancas; 2 pardas; 1 negra; e 1 relatou não ter etnia. Na renda familiar, 6 referiram renda até dois salários mínimos, 3 entre três e cinco salários mínimos e 5 acima de seis salários mínimos. São associados renda e etnia como marcadores da rejeição familiar, que ocorre em maior intensidade em famílias afrodescendentes e pobres, quando comparadxs xs brancxs e abastadxs (ROBINSON, 2018).

Em relação à religião, 6 possuíam religião: católica (1), espírita (1), umbandista (2) e evangélica (2). A religião tem um peso importante sobre a aceitação da transexualidade pelx familiar, principalmente, quando x mesmx é adeptx de religiões conservadoras que reforçam a ordem tradicional de gênero e incentivam a correção das condutas desviantes (LEGERSKI; HARKER, 2018). Na contramão, a metade (7) referiu ser agnóstica teísta, o que pode ser um facilitador para aceitação da transexualidade, tendo em vista a ausência em seguir uma ortodoxia religiosa que rejeite o não binarismo.

O primeiro nível de significação, representado pela construção da personalidade dxs entrevistadxs, ocorreu de forma complexa e conturbada. Isso porque a transição do indivíduo, em suas identidades, papéis, relacionamentos e habilidades desencadeia transições em sua família (Meleis, 2010).

Das 19 pessoas transexuais entrevistadas, 7 descobriram precocemente a transexualidade, embora 12 tenham informado diretamente o sentimento de inadequação física, que emerge sem qualquer manifestação por parte dos indivíduos que compõem a família: “[...]Eu sabia, sentia, eu tinha um irmão, era bem diferente dele (irmão) [...] que, antes dos 7 anos, eu já tinha uma ideia certa, assim, ideia que alguma coisa comigo não era igual com outros meninos”.PT9

Na infância era dado o tratamento de invisibilidade à transexualidade, como um mecanismo de não aceitação familiar: “[...]Dentro de mim, eu respondia nada, eu não aceitava. Eu comprava roupa de menina pra ela, eu comprava sandália, comprava maquiagem, não deixei cortar o cabelo, mas ela fazia tudo ao contrário”. F9. Durante a infância e a adolescência, xs familiares são agentes primários no desenvolvimento psicossocial e emocional das pessoas transexuais (Hidalgo & Chen, 2019). Todavia quando dado invisibilidade à transexualidade pela família, dificulta a compreensão da criança ou adolescente transexual sobre suas identidades e influência no emocional e no comportamento dsx mesmxs (Kusalanka et al., 2017).

O silêncio da família, ferramenta de invisibilidade, serve como castrador de práticas de crianças consideradas desviantes, como a expressão da identidade de gênero discordante do sexo de nascimento atribuído (Hughto et al., 2015). A família foi instituída para fins reprodutivos e transmissores de informações intergeracionais disciplinadoras, que silencia o não normatizado (Foucault, 2018).

As narrativas das 19 pessoas transexuais evidenciaram a não aceitação familiar que xs impediram de exercerem as suas identidades por meio de pressão e/ou imposição normativa(18); trouxe sofrimento e medo da descoberta da transexualidade pelos familiares (2); incômodo em esconder a transexualidade (1); autoexclusão (10); e um processo de evasão familiar, a fim de poder exercer sua identidade de gênero e realizar a sua transição(17): *“[...]em questão do meu pai, do único irmão que eu tenho e dos outros parentes agregados por fora, eles não aceitam. Então, assim, foi o que fiz, fiz um bloqueio, em rede social eu excluí[...].”* PT2

A família não somente afetou a construção da personalidade das pessoas transexuais pelo silêncio, como também pela ausência de apoio social e reiteração do discurso da verdade social binária (Foucault, 2014b).

Ainda na construção da personalidade das pessoas transexuais a escola foi outra instituição social negativamente marcante, citada inúmeras vezes pelxs participantes, que utilizava sua função educadora para impor padrões normativos comportamentais:

Ninguém me explicava nada, porque era assim desde criança, eu vi que eu era diferente e na escola ninguém fala sobre isso. Eu gostava de brincar com boneca e casinha, eu era a florzinha das meninas superpoderosas, eu botava uma toalha nas costas e corria pela escola e a professora dizia "pare com isso! Isso é coisa de criança!". PT7

Culturalmente crianças incorporam um papel social através de brincadeiras, sendo consideradas abjetas aquelas que fogem das condutas normativas de gênero do universo do brincar (Dornelles et al., 2019). O desempenho de papéis pelas brincadeiras revelou que a escola também é um espaço de reprodução de disciplina (Foucault, 2014b).

A educação proferida nas escolas não é inclusiva, e xs alunxs transexuais sofrem estigma e preconceito, o que leva a reflexão de que a doutrina educacional das escolas deve ser reformulada em prol da diversidade (Honorato et al., 2019; Mathews, 2015).

A instituição de saúde e x profissional de saúde que nela trabalha foram citadxs nas narrativas das pessoas transexuais na fase infanto-juvenil, como uma forma de cura: *“Foi por*

isso que me colocaram em psicólogo, mas nenhum chegou à conclusão de que eu sou uma menina trans [...]”. PT7. Nota-se uma desqualificação de práticas e comportamentos das pessoas transexuais e perpetração da medicalização da transexualidade.

A instituição de saúde é uma estrutura organizada tal qual um sistema prisional, que possui profissionais de saúde, outorgados pela sociedade, como capazes de prever e determinar a condição de saúde dos indivíduos e de patologizá-los no processo chamado de medicalização (Foucault, 2014b, 2011). Esses indivíduos representam o poder e a autoridade para determinar a sanidade das pessoas transexuais entrevistadxs e até curá-lxs (Foucault, 2014b; Janini et al., 2017). Também representam um instrumento regulatório das normas de gênero, uma vez que essa política visa ajustar as pessoas transexuais ao modelo binário (Janini et al., 2019).

A religiosidade foi uma questão que também interferiu no processo de construção da personalidade das pessoas transexuais, sendo relatada por 5 entrevistadxs, evidenciada nas narrativas como mecanismo de discriminação e disciplina do corpo. Através de cobranças e imposição da vivência da identidade de gênero compatível com o sexo de nascimento pelas pessoas transexuais, a religiosidade causou processo de conflito e sofrimento.

Era coroinha da igreja e aqueles processos e eu não tinha problema nenhum, não era incômodo pra mim. Eu gostava de ir, o único problema é que, quando as próprias pessoas da igreja começaram a ver o meu comportamento, que era um comportamento diferente daquele padrão [...] Aí tinha um missionário e eu queria falar com ele e falei assim: “eu queria saber o que está acontecendo”? Ele disse: "Ariel, uma coisa que está acontecendo com você é que você é muito feminina, você tem uns traços femininos e você age como tal. Então isso na igreja não é legal, você não pode ter um cargo da igreja, porque não vai ser legal, nem pra igreja e nem pra você". PT2

Pessoas transexuais, que frequentam uma ordem religiosa na infância, sofrem impacto da mesma sobre as suas experiências vivenciadas, gera sentimento de aflição, reflete negativamente e inibe da transição física. Essa influência negativa da religião ecoou para outras instituições sociais como a escola e impactou na experiência educacional (Mathews, 2015).

Ainda assim, 8 pessoas transexuais que informaram serem agnósticxs teístas, a religião, ainda que doutrinária, foi buscada por mais da metade dxs entrevistadxs (10), em diversos dogmas (espírita, evangélica, umbanda, católica e budista). Há uma busca por religiões inclusivas, sobretudo, pela participação em escolas religiosas e em grupos de

trabalho da igreja, de forma a levar informações sobre a transexualidade, minimizar o estigma das experiências da transição e facilitar a inclusão (Mathews, 2015).

No entanto, a tradição religiosa, normatizadora e disciplinar em comunidades religiosas, pode ocasionar um sentimento de rejeição da pessoa transexual e culpa da familiar pela geração de filhx entendidx como transgressorx: *“Ela me cobra de mim o tempo todo: “Por que eu nasci assim?” Ele culpa Deus, ele não acredita nele, acredita em nada e diz “Por que Deus me colocou nesse mundo sabendo que eu vou sofrer?”* F3

Percebe-se que o hospital e as outras instituições sociais (família, ordens religiosas/religiosidade e escola) são instrumentos da implementação da disciplina social, tal qual era usada no modelo de aprisionamento secular enunciado por Foucault (2014b) e gerou uma série de dificuldades na vida da pessoa transexual e no processo de formação da sua identidade identificadas nas narrativas dxs entrevistadxs, tais como: dificuldades de autoaceitação (2); medo (4); frustrações (2); auto preconceito (1); e confusão da transexualidade com a homossexualidade (2).

A sociedade e todas as instituições que dela constituem disciplina exercem forte influência no desenvolvimento da personalidade da pessoa transexual, por meio da reprodução da disciplina ideológica cisheteronormativa, que exerce poder a partir da utilização de estruturas educativas e técnicas de ensino-aprendizado, na produção e transformação do indivíduo. Esse exercício de poder foi descrito por Foucault (2017b) com o remodelamento da forma de punir pós-Antiguidade greco-romana, oportuniza uma valiosa reflexão acerca da educação na atualidade e a construção desses sujeitos e das relações com os mesmos (Foucault, 2017a; G. N. da S. Santos, Silveira & Silva, 2016). O poder pela disciplina e pela pedagogização do sexo molda, adestra os sujeitos e utiliza, em condições específicas, o que o indivíduo tem a oferecer (Foucault, 2018).

No segundo nível de significação, a situação objetiva, representa as relações de poder e os conflitos existentes entre as pessoas transexuais com a família no processo de transição da pessoa transexual, foi abordado enquanto movimento de resistência frente às relações de poder existentes. Ocorrem a partir do discurso proferido, de quem detém a fala, como a verdade entendida como oficial e o que se subjugava a ela.

Nesse caso, a normatividade social valida a reprodução e a manutenção dessas verdades oficiais, aqui definida como logofilia, termo utilizado para o sentimento simpatizante de um discurso entendido como aceitável, permissível, retratado como verdadeiro. Como ação estratégica social de repulsa do anormativo, criou-se a logofobia, representada como a aversão a um determinado discurso ou a expressão dele. A

transexualidade, reproduzida em um discurso próprio, individualizado, não hegemônico e contra normativo, quando expressado pelas pessoas transexuais causa receio e angústia, pois não é reconhecido como verdade falada, e sim como falso ou não oficial (Foucault, 2014a).

Nesse sentido, a apresentação de um discurso de verdade falso pelas pessoas transexuais, nesse contexto de situação objetiva, gera um fluxo de desencadeamento principiado pela desfiliação e culmina na discriminação social em diversos segmentos (Rondón García & Romero, 2016). Como consequência do processo discriminatório, 10 pessoas transexuais se autoexcluíram das relações familiares.

A desfiliação e discriminação foram observadas na situação objetiva pela família, sendo a primeira instituição a exercer poder sobre as pessoas transexuais e apresenta relação deficiente com xs mesmxs (Rondón García & Romero, 2016). Quando a família é comunicada sobre a transexualidade, formam-se barreiras e conflitos de comunicação e de relação: “*Minha mãe foi mãe solteira e fui criado pelo meu padrasto[...]Minha relação com a minha mãe não foi boa, até me expulsou de casa.*” PT14.

A instabilidade da moradia é outra condição comumente vivenciada pelas pessoas transexuais, decorrente da ruptura familiar pela vivência da identidade de gênero, do sofrimento psíquico pela incompreensão dos membros da comunidade e pela resistência e isolamento da comunicação sobre a transexualidade (Shah et al., 2018; Hidalgo & Chen, 2019).

Xs familiares referem três formas de estresse relacionadas à identidade e à expressão de gênero da pessoa transexual: a discriminação entre os outros familiares, social, e no trânsito social da pessoa transexual (Hidalgo & Chen, 2019a). O mesmo incômodo sobre a transição física e de expressão pelos familiares foi observado na fala das pessoas transexuais:

[...] desde os meus 4 ou 5 anos eu queria ser um menino e o dia mais feliz da minha vida foi quando a minha tia me deu uma calça social e uma blusa social, não tem como eu esquecer. Naquele dia eu me senti como eu queria, nessa faixa de idade. Depois disso a minha mãe me forçou a colocar saia, porque toda mulher quer ver sua filha vestida de saia, e eu fui crescendo e eu queria usar bermuda e não saia. PT12

O uso da disciplina, com a imposição das vestimentas é um meio de manter a expectativa de mudança de opinião sobre a identidade de gênero e assegurar manutenção dos princípios cisnormativos. Xs familiares também se preocupavam com a segurança física (12) e emocional (7) das pessoas transexuais, e o tratamento social dado a elxs, frente à aceitação da transexualidade (10), à violência (7) e a processos discriminatórios (6):

Eu fico com medo, eu sinto que algo de ruim vai acontecer com ela e vai chegar a hora que ela vai sair e não volta mais, eu sinto isso porque ele não tem pai, não tem apoio da avó, então só tem eu, a mãe, pra carregar essa cruz nas costas sozinha, sem ter alguém pra dividir comigo [...]. F3

Esse discurso que contradiz a transexualidade Foucault (2014a) chama de inversão, no qual a família usa o discurso binário cisnormativo para inverter a lógica transexual. Extraí-se estrategicamente uma parte do discurso e se propõe a inversão do sentido proposto, a fim de negá-lo e promover a rarefação do discurso não oficial (Foucault, 2014a). A inversão possibilita tirar a transexualidade da pauta excludente e substituí-la por outras pautas entendidas como mais importantes, o que facilita a inclusão familiar.

Ainda que ocorra a inclusão pelxs familiares entrevistadas, isso não reflete a realidade hegemônica, visto que 8 pessoas transexuais informam que a violência simbólica, física e expulsão, se inicia em casa e não em outras instituições sociais como temido pelxs familiares: *“Porque acho que nenhuma mãe quer. [...] eu não sei se ela tem vergonha ou medo, e nas brigas ela sempre me xinga: viadinho, você nunca vai ser mulher! Ela é a primeira a me esculachar, mesmo dizendo que me aceita. [...]”*. PT 7

A religião e as ordens religiosas pregadoras e perpetradoras de dogmas disciplinadores estão presentes na situação objetiva e engessaram o pensamento de anormalidade na narrativa das mães (7) das pessoas transexuais entrevistadas: *“Você ouvia as pessoas dizer, que conhece o seu filho desde que nasceu, de aberração, que o seu filho é coisa do demônio...são coisas que machucam muito e você acaba notando que sente o preconceito na pele junto com ele.”* F3. Esse fato foi reiterado nas narrativas de 3 pessoas transexuais: *“[...]ela disse que eu estava com pomba-gira no corpo, aí se ajoelhou e começou a chorar[...]”*. P7

A demonização da transexualidade se justifica historicamente, antes mesmo da medicalização, e se inicia na Antiguidade até o Renascimento. O poder sobre a vida era destinado aos representantes religiosos, autoridades instituídas pela Igreja (Foucault, 2011). O pastor é responsável por guiar a consciência do rebanho, que pode estar perdido e confuso, para a direção correta. O pastorado, com isso, traz uma ordem em que é possível, por meio da religião, conduzir, dirigir, controlar e manipular os indivíduos, em âmbito individual e coletivo. Até o sexo passou a ser regulado pela religião, que fazia a ligação do mesmo ao pecado (Foucault, 2017a). Nesse aspecto, a religião é utilizada como justificativa da transexualidade, demonizando-a.

Da mesma forma a escola é uma instituição social de destaque na situação objetiva, responsável pela transmissão de conhecimento, de influência sobre a família e toda a

sociedade. Segundo Foucault (2018), as escolas, bem como o sistema prisional, utilizam de disciplina como prática institucional, hierarquias e punições para aqueles que transgredirem as regras institucionais.

Na escola, a vivência da transexualidade é, geralmente, coibida por ser algo que contradiz corpos normativos impensáveis e a presença das pessoas transexuais, com suas identidades e expressões de gêneros, perturba e desestabiliza o funcionamento biopolítico escolar, face a não disponibilidade de ferramentas para adaptar esses corpos a conjunturas normativas (D. B. C. dos Santos, 2015). As pessoas transexuais na escola sofrem discriminação, assédio, violência física e bullying, aqui representando a violência verbal nos níveis de ensino fundamental, médio e superior (Hidalgo & Chen, 2019a; Shah et al., 2018): *"Quinta-feira saiu e chegou em casa, ficou chorando porque não pode ainda usar o banheiro masculino(na escola) e porque não gosta do corpo e eu acabei sofrendo junto [...]"*. F12

Com a análise de documentos da Bastilha, do Hospital Geral e de demais textos da época, Foucault (2011) identificou o nascimento do poder disciplinar e a aplicação em outros ambientes, como indústrias, casas de trabalho, hospícios e escolas, igual ao que ocorre no sistema prisional (Foucault, 2014b).

A discriminação no trabalho, ainda que não seja objeto direto da pesquisa, relacionada à relação familiar, emergiu como um problema vivenciado no processo de transição das pessoas transexuais (4) que apresentaram, nas narrativas, dificuldades no acesso a trabalho e violência institucional (2). É negado às pessoas transexuais o acesso ao mercado de trabalho, única e exclusivamente pela condição de serem transexuais; ou, quando acessado, são demitidas (Shah et al., 2018): *"[...]a mulher(empregadora) era muito preconceituosa, a mulher foi terrível comigo, assim, ela me fez cortar o meu cabelo, e disse assim: você vai ter que trabalhar desse jeito [...]"*. PT 2

A dificuldade empregatícia aumenta a submissão das pessoas transexuais à família e a dependência dxs mesmxs a ela e, conseqüentemente, dificulta o processo de transição, pela dependência financeira familiar de barganhar/sabotar a manifestação da identidade de gênero.

As instituições de saúde, na situação objetiva, também emergiram das narrativas como fortes influenciadoras no processo de transição das pessoas transexuais, que não oferecem suporte aos corpos e identidades trans. Além do atendimento deficiente, tem-se a discriminação nas instituições de saúde (Shah et al., 2018).

Ademais as pessoas transexuais enfrentam problemas significativos ao interagir com xs profissionais de saúde, especialmente, na atenção primária (Charter et al., 2018). Esse nível de atenção foi narrado pela maioria das pessoas transexuais como discriminatório, com o não

tratamento da pessoa transexual pelo nome social (2); de minimização do sofrimento psíquico (2); de situações de constrangimento (2); de violência institucional (7); de não reconhecimento do autorrelato da pessoa transexual pela enfermeira (1), em que não são atendidos ou são dissuadidos de sua condição de transexual.

A primeira clínica foi bem complicada, porque eles viraram pra mim e falaram que eu não era trans, eles falaram que eu estava confuso, eu pedi pra fazer encaminhamento pro Instituto e não me deram encaminhamento, foram quase 5 meses tentando um encaminhamento, pedindo como uma pessoa trans e eles não aceitavam o meu pedido. Quando eu saí de lá, passei por toda questão de ir pra rua, fui pra outra clínica da família, estando morando em outra localização. Nessa outra clínica que eu tive um atendimento muito melhor e aí começaram certinho comigo, pediram meu encaminhamento pro Instituto, depois de três meses eu consegui o encaminhamento e daí então foi bem tranquilo. PT11

Quando as pessoas transexuais conseguiam comunicar seus sentimentos, desejos, convicções e experiências de angústias, xs profissionais de saúde não sabiam como proceder, por se tratar de questões subjetivas para além do que é tratável (Gerritse et al., 2018). Isso mostra que o comportamento discriminatório sobre a pessoa transexual não se dá isoladamente pela família, mas também todas as estruturas sociais, como o hospital, as escolas e as organizações profissionais (Shah et al., 2018).

Assim, em nível de situação objetiva, as estruturas sociais se apresentam com grandes dificuldades de aceitação da transexualidade e promovem resistência a ela nos espaços, através da censura e do silêncio como formas regulatórias da sexualidade (Foucault, 2018).

No terceiro nível de significação, foram abordadas as relações intersubjetivas, que trata das relações afetivas e de pessoas que possuem múltiplos tipos de vínculos que impactam sobre a experiência vivenciada da pessoa transexual. A fala e o diálogo proporcionam um meio de interação entre xs atores/atrizes sociais (Bertaux, 2010). Essas relações resultam em ações estratégicas, entendidas como o comportamento dos sujeitos em subsistemas regidos pelo poder e pela moeda (G. L. Gutierrez & De Almeida, 2013).

Assim como na construção da personalidade e da situação objetiva, a família consiste no primeiro ambiente da intersubjetividade, pois convive com a pessoa transexual desde a infância, e exerce relações de diferença e de complementaridade na transmissão/troca de informações comunitárias no processo de desenvolvimento dx mesmx. Esse processo relacional de diferenças e complementaridade é complexo e ocorre, por vezes, em sentidos distintos, pois, ainda que o discurso sobre a criança seja de projeção ao futuro, os pais buscam

estruturar a personalidade e consolidar o seu 'eu' ao educar x filhx no presente (D. M. D Gutierrez, Castro & Pontes, 2011).

Nesse sentido, foram tratadas as relações intersubjetivas das mães e avós familiares das pessoas transexuais entrevistadas em três momentos: a) o processo de comunicação no mundo de vida e mundo social dos sujeitos; b) vínculo mãe-filhx e processo geracional; c) ações estratégicas de enfrentamento.

O processo de comunicação no mundo de vida e mundo social dos sujeitos/pessoa transexual ocorreu inicialmente com confronto do conteúdo informativo problemático (transexualidade) e o aproblemático (a cisgeneridade), que culminou, para parte dessxs atores/atrizes sociais, na interrupção da comunicação e/ou do vínculo afetivo e, subsequente, rejeição familiar: “[...] *Je a família não tenho um relacionamento com família nenhuma. [...]. Não tenho, não falo com ninguém. Falo com a minha mãe, minha mãe finge que não vê, ela me trata como se eu fosse um pedreiro machão.*” PT 10

Falar sobre a transexualidade configura uma “ordem arriscada do discurso”, sendo determinante para o confronto e corte comunicativo entre a pessoa transexual e a família (Foucault, 2014a, p. 7). Legitimar transexualidade como verdadeiro na comunicação intrafamiliar é complicado, pois requer utilizar o discurso para excluir o entendimento de falso ou arbitrário da mesma que, considerando o contexto sócio-histórico e intencional, não são facilmente modificáveis (Foucault, 2014a).

Isso porque as relações dxs familiares com seu/sua filhx transexual são atravessadas pelo discurso intergeracional, algo deslocado de uma geração anterior para outra, que tem como necessidade a manutenção da herança de valores como algo próprio (D. M. D. Gutierrez et al., 2011). O discurso da identidade de gênero das pessoas transexuais gera a interrupção do processo de comunicação do discurso intergeracional.

Xs familiares que rejeitam o discurso identitário utilizam a exclusão das pessoas transexuais, tanto para o enfrentamento do discurso ilegítimo, dependendo do ponto de vista. Rejeitar e excluir, ao mesmo tempo que significam uma barreira estratégia de enfrentamento pela interdição do discurso: “*Minha família é tradicional, constituído por um pai e uma mãe. Fui criado pelos dois, não tenho irmão, o resto da família eram tios e primos e não aceitam[...].*” PT13. Todavia, rejeitar e excluir, ao mesmo tempo que significam uma barreira, estratégia de enfrentamento pela interdição do discurso, também significam o não enfrentamento pelo diálogo.

A rejeição por parte dos familiares e o conseqüente déficit no diálogo foram assimétricos e variaram conforme o sexo da familiar e o grau de parentesco. Nenhum pai foi

indicado pelas pessoas transexuais na técnica *snowball* para a entrevista, somente mães e avós, o que nos remete ao segundo momento da análise das relações intersubjetivas: vínculo mãe-filhx e processo geracional. As pessoas transexuais referiram uma aceitação maior das mães (5) do que pais (2); não referiram aceitação dos tios, mas negação (2); e dos primos (2). A não aceitação dos irmãos (5) é maior do que da irmã (1) das pessoas transexuais. Tal fato pode ser decorrente do constructo social de papéis atribuídos a homens e mulheres. As transições do curso da vida de homens e mulheres envolvem alguns temas diferentes. Enquanto os homens têm seu curso de vida pautado na individuação e na sua autonomia, as mulheres cursam suas vidas direcionadas ao vínculo e ao cuidado (Meleis, 2010).

A maioria das mães apresentou resistência antes, durante e após a comunicação da transexualidade pelas pessoas transexuais. Isso porque ao nascer, o indivíduo passa a pertencer a intersubjetividade de relações que projetam nx herdeirx sonhos e objetivos frustrados dxs familiares, as fantasias e as histórias a serem vividas:

[...] Um dia ela (pessoa transexual) deixou o diário em cima da cama, creio eu que era pra pegar e ler, com a minha curiosidade, com certeza, eu ia ver, e ela relatando que desde os cinco anos ela já sentia desejo por mulher, a primeira mulher que ela sentiu desejo foi pela professora dela, em cinco anos. Aí eu pensei comigo "com cinco anos ela perceber essa diferença" né? Aí chamei ela pra conversar, aí ela falou que não dava que era isso (fazer a transição) que ela queria, aí eu falei com ela "Você vai casar". Errei, mas fiz, né. [...]. F9

As narrativas das pessoas transexuais sobre xs familiares que rejeitam e interditam o discurso da transexualidade, nem sempre advêm da rejeição dos sujeitos e sim pela culpabilização social e crítica negativa, ação estratégica de reforço sistêmico social da cisnormatividade (G. L. Gutierrez & De Almeida, 2013; Hidalgo & Chen, 2019b).

A religião foi um importante instrumento nas relações intersubjetivas, utilizado como estratégia de rejeição e de interdição e reforça o processo de separação: "*Quando eu falei para ela sobre o meu tratamento, ela não ficou de acordo, porque ela disse: "mas você está triste com o seu corpo? Você está indo contra as leis de Deus! Deus castiga!"*" PT14

Como ações estratégicas de enfrentamento dx familiar foram utilizadas a culpa e o luto da perda dx filhx cisgênerx idealizadx, em seu direito privilegiado e autoridade representativa da instituição para definir o certo e o errado (Foucault, 2014a). O discurso da culpa foi motivado quando comparado a maternidade da familiar cisgênera, idealizada e bem-sucedida, com a familiar da pessoa transexual:

“A mãe nasce com uma culpa, toda mãe é culpada de alguma forma, mas fiz o meu melhor, conheci outras mães que já estavam mais à frente no processo do que eu e eu via tão felizes com os seus filhos e eu falava: será que eu vou ser tão feliz assim com o meu filho, sem dor, sem chorar?” F13

O discurso possui uma verdade incontestável, definida e transmitida no processo psíquico do conjunto intersubjetivo. Forma-se um pacto para a interdição, em que tudo aquilo que é recalcado dentro do objeto (transexualidade), do direito de fala (poder do familiar) e da circunstância (processo de transição das pessoas transexuais) se contrapõe a relação intersubjetiva, na família e nas instituições. As resistências trazidas pelo poder do discurso verdadeiro buscam preservação do vínculo, sob pena do sujeito se sentir excluído, e cria novos significados, capazes de colocar o indivíduo como estranho à sua própria história (Foucault, 2014a; D. M. D. Gutierrez et al., 2011).

Outra estratégia de aceitação usada é a inversão, na qual há o remodelamento do discurso da verdade, isto é, o falso/problemático (transexualidade) é reconhecido como verdadeiro e se reconstrói uma nova configuração familiar a partir da substituição identitária (Foucault, 2014a). O luto é uma ferramenta de inversão eficaz utilizada. Nele, a identidade dx filhx que nasceu com a transição é verdadeira, a partir da morte da identidade cisgênera, o que permite uma estratégia de enfrentamento e superação para a construção de uma nova configuração familiar:

Imagine chamar o seu filho de trinta e dois anos de Blair ♂ e no dia seguinte, vira Blair ♀? E aí? [...] Muita saudade porque eu não sei quem é essa pessoa, não sei quem é agora. Você convive com uma pessoa por trinta e dois anos e você acha que sabe quem é essa pessoa. Você não sabe, ninguém sabe, porque a Blair ♀ estava lá dentro. O meu amor era tão grande, é tão grande porque não mudou, é uma alegria quando ela ligou falando: mãe, a minha certidão saiu. Agora ela é Blair ♀. O meu luto é imaginário, eu não quero ter um luto real. F14

Para muitxs familiares que perderam seus filhxs, a vivência do luto, ainda que imaginário, surge como estratégia de alteração do discurso de rejeição para o de superação e aceitação parental (Field & Mattson, 2016). Nesse discurso, a verdade oficial cisnormativa pela sociedade se torna questionável em prol da força do vínculo.

Percebe-se que o discurso da exclusão, aqui entendido como uma forma de punição e disciplina das pessoas transexuais, sofre mudanças nos níveis hierárquicos da verdade. Para que ocorra o processo de aceitação e inclusão familiar das pessoas transexuais, a verdade oficial/social, pautada na cisnormatividade, é substituída pela verdade recriada pelos laços afetivos existentes e pelo desejo de incluir seu/sua filhx. A verdade passa a ser mais

simplificada e pautada no sujeito, e não na normatividade social, permitindo gozar, em nível de subsistema (família) um alicerce aproblemático (G. L. Gutierrez & De Almeida, 2013).

4. Considerações Finais

O estudo revelou a dificuldade das pessoas transexuais de constituírem suas identidades de gênero frente a imposição de uma norma binária, que considera transgressora qualquer condição não pertencente ao pregado socialmente.

As narrativas de vida mostram como essas pessoas transexuais são afetadas, a começar pela família, que exerce seu poder discursivo para silenciar, coibir e até mesmo controlar a vivência da experiência transexual. Isso ocasiona um sentimento de não pertencimento a lugar nenhum, de incompreensão e, conseqüentemente, de sofrimento. Para viver a transexualidade muitas pessoas transexuais saem de casa, quando antes não são violentados e expulsas pela própria família.

A escola, as ordens religiosas e as instituições de saúde procuradas enquanto acesso regulatório para a transição física via Política do Processo Transexualizador, agem tal como a família, discriminam e excluem as pessoas transexuais dos espaços sociais.

Evidencia-se que a aceitação sociofamiliar ainda é um grande desafio para a aceitação e inclusão social das pessoas transexuais pela família e demais segmentos sociais, frente a um discurso arraigado de cisnormatividade, considerado como uma produção discursiva de verdade e ferramenta de castração de vivências diferentes do gênero binário.

O estudo teve como limitações, a não inclusão de familiares de pessoas transexuais do sexo masculino, pela ausência de indicação ao utilizar a técnica snowball e pelo afastamento social dos mesmos frente ao processo de transição das pessoas transexuais.

Referências

- Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. São Paulo: EDUFERN.
- Brasil, Ministério da Saúde. *Portaria 2.803, de 19 novembro de 2013*. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 225, 21 nov. 2013a. Seção I, 25. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html

Charter, R., Ussher, J. M., Perz, J., & Robinson, K. (2018). The transgender parent: Experiences and constructions of pregnancy and parenthood for transgender men in Australia. *International Journal of Transgenderism*, 19(1), 64-77. <https://doi.org/10.1080/15532739.2017.1399496>

Defendi, C. L., Gomes, T. R. (2019). Alternativas que buscam neutralizar o gênero gramatical: Usos e motivações. *The Especialist [Internet]*, 40(1), 1-10. Recuperado de <http://ken.pucsp.br/esp/article/view/36581>

Dornelles, F., Serpa, L. P., Guazina, F. M. N., Krueel, C. S., & Carlesso, J. P. P. (2019). Transexuality: Playing related to gender identity. *Research, Society and Development*, 8(5), 185833. <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i5.833>

Field, T. L., & Mattson, G. (2016). Parenting Transgender Children in PFLAG. *Journal of GLBT Family Studies*, 12(5), 413–429. <https://doi.org/10.1080/1550428X.2015.1099492>

Foucault, M. (2011). *O nascimento da clínica* (7^a ed.). Forense Universitária.

Foucault, M. (2014a). *A ordem do discurso* (24^a ed.). Edições Loyola.

Foucault, M. (2014b). *Vigiar e punir: O nascimento de uma prisão* (42^a ed.). Vozes.

Foucault, M. (2017a). *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres* (3^a ed.), v. 2. Paz & Terra.

Foucault, M. (2017b). *História da sexualidade 3: O cuidado de si* (4^a ed.), v. 3. Paz & Terra.

Foucault, M. (2018). *História da sexualidade 1: A vontade do saber* (7^a ed.), v. 1. Paz & Terra.

Gerritse, K., Hartman, L., Antonides, M. F., Wensing-Kruger, A., de Vries, A. L. C., & Molewijk, B. C. (2018). Moral Challenges in Transgender Care: A Thematic Analysis Based on a Focused Ethnography. *Archives of Sexual Behavior*, 47(8), 2319–2333. <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1287-3>

Gutierrez, D. M. D., Castro, E. H. B. de, & Pontes, K. D. da S. (2011). Vínculos mãe-filho: Reflexões históricas e conceituais à luz da psicanálise e da transmissão psíquica entre gerações. *Revista do NUFEN*, 3(2), 3–24.

Gutierrez, G. L., & De Almeida, M. A. B. (2013). Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): Estrutura, fundamentos e implicações do modelo. *Veritas (Porto Alegre)*, 58(1), 151. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2013.1.8691>

Hidalgo, M. A., & Chen, D. (2019a, fevereiro). *Experiences of Gender Minority Stress in Cisgender Parents of Transgender/Gender-Expansive Prepubertal Children: A Qualitative Study*. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0192513X19829502>

Hidalgo, M. A., & Chen, D. (2019b). Experiences of Gender Minority Stress in Cisgender Parents of Transgender/Gender-Expansive Prepubertal Children: A Qualitative Study. *Journal of Family Issues*, 40(7), 865–886. <https://doi.org/10.1177/0192513X19829502>

Honorato, E. J. S., Coelho, I. M., Souza, D. C. de, & Ferreira, F. S. (2019). Transvestites and transexual people in the context of education: A literature review. *International Journal of Innovation Education and Research*, 7(5), 157.

Howard, S. D., Lee, K. L., Nathan, A. G., Wenger, H. C., Chin, M. H., & Cook, S. C. (2019). Healthcare Experiences of Transgender People of Color. *Journal of General Internal Medicine*, 34(10), 2068–2074. <https://doi.org/10.1007/s11606-019-05179-0>

Hughto, J. M. W., Reisner, S. L., & Pachankis, J. E. (2015). Transgender Stigma and Health: A Critical Review of Stigma Determinants, Mechanisms, and Interventions. *Social science & medicine (1982)*, 147, 222–231. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.11.010>

Janini, J. P. (2019). *O cuidado da enfermeira à pessoa transexual na perspectiva familiar*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Janini, J. P., Santos, da S. S., Vargens, O. M. da C., & Araújo, L. M. de. (2017). A medicalização e patologização na perspectiva das mulheres transexuais: Acessibilidade ou

exclusão social. *Revista Enfermagem UERJ*, 25, e29009.
<https://doi.org/10.12957/reuerj.2017.29009>

Janini, J. P., Santos, da S. S., Santos, L. F. de M. dos, & Souza, V. de M. (2019). A construção epistemológica da transexualidade: A ciência, enfermagem e o senso comum. *Escola Anna Nery*, 23(3). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2018-0345>

Kashubeck-West, S., Whiteley, A. M., Vossenkemper, T., Robinson, C., & Deitz, C. (2017). Conflicting identities: Sexual minority, transgender, and gender nonconforming individuals navigating between religion and gender–sexual orientation identity. In *Handbook of sexual orientation and gender diversity in counseling and psychotherapy* (p. 213-238). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/15959-009>

Kuvalanka, K. A., Mahan, D. J., McGuire, J. K., & Hoffman, T. K. (2017). Perspectives of Mothers of Transgender and Gender-Nonconforming Children With Autism Spectrum Disorder. *Journal of Homosexuality*, 65(9), 1167-1189.
<https://doi.org/10.1080/00918369.2017.1406221>

Legerski, E., & Harker, A. (2018). The Intersection of Gender, Sexuality, and Religion in Mormon Mixed-Sexuality Marriages. *Sex Roles*, 78(7), 482-500.
<https://doi.org/10.1007/s11199-017-0817-0>

Mathews, A. (2015). ‘The Bible Doesn’t Say Anything About Trans People, Does it Sir?’: Transgender And Transsexual Narratives of the Relationships Between Religion and Education. *Past and Present: Perspectives on Gender and Love*, 35-44.
https://doi.org/10.1163/9781848883918_005

Meleis, A. I. (2010). *Transitions Theory: Middle Range and Situation Specific Theories in Nursing Research and Practice*.

Robinson, B. A. (2018). Conditional families and lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer youth homelessness: Gender, sexuality, family instability, and rejection. *J. Marriage Fam.*, 80(2), 383-396. <https://doi.org/10.1111/jomf.12466>

Rondón García, L. M., & Romero, D. M. (2016). Impact of Social Exclusion in Transsexual People in Spain From an Intersectional and Gender Perspective. *SAGE Open*, 6(3), 215824401666689. <https://doi.org/10.1177/2158244016666890>

Ryan, C., Russell, S. T., Huebner, D., Diaz, R., & Sanchez, J. (2010). Family Acceptance in Adolescence and the Health of LGBT Young Adults. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 23(4), 205–213. <https://doi.org/10.1111/j.1744-6171.2010.00246.x>

Santos, D. B. C. dos. (2015). A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. *Cadernos de Pesquisa*, 45(157), 630–651. <https://doi.org/10.1590/198053142970>

Santos, G. N. da S., Silveira, E. L., & Silva, J. P. de L. (2016). (Des)naturalizando Sujeitos e Práticas na Escola: Foucault para além de vigiar e punir. *Educação & Realidade*, 41(4), 1275–1287. <https://doi.org/10.1590/2175-623653313>

Shah, H. B. U., Rashid, F., Atif, I., Hydrie, M. Z., Fawad, M. W. B., Muzaffar, H. Z., Rehman, A., Anjum, S., Mehroz, M. B., Haider, A., Hassan, A., & Shukar, H. (2018). Challenges faced by marginalized communities such as transgenders in Pakistan. *The Pan African Medical Journal*, 30. <https://doi.org/10.11604/pamj.2018.30.96.12818>

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um embate aberto. *Temáticas*, 22(44), 201-218.

Wichinski, K. A. (2015). Providing culturally proficient care for transgender patients. *Nursing2020*, 45(2), 58–63. <https://doi.org/10.1097/01.NURSE.0000456370.79660.f8>

Xavier, L. B. (2016). A família brasileira em face da história e do direito. *Revista Científica FAGOC-Jurídica*, 1(1).

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Janaina Pinto Janini – 55%

Rosângela da Silva Santos – 45%